



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador Antônio Carlos Alves da Silva

Av. Martins de Barros nº 593, Santo Antônio, Recife-PE – CEP: 50010-230. Tels.: (81) 3419-3672 / 3419.3742 (fax)

Apelação Criminal n.º 0000068-74.2001.8.17.0580 (0303813-5)

Apelante: Izaías Bezerra da Silva

Apelado: Ministério Público de Pernambuco

Juízo de Origem: Vara Única da Comarca de Exu

ÓRGÃO JULGADOR: SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL

Relator: Des. Antonio Carlos Alves da Silva

Revisor: Des. Antônio de Melo e Lima

Procuradora de Justiça: Dra. Norma Mendonça Galvão de Carvalho

EMENTA: DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL. CRIME DE FORMAÇÃO DE QUADRILHA ARMADA (ART. 288, PARÁGRAFO ÚNICO DO CÓDIGO PENAL). CONDENAÇÃO À PENA DE 03 (TRÊS) ANOS E 06 (SEIS) MESES DE RECLUSÃO. APELAÇÃO CRIMINAL. ACOLHIDA PRELIMINAR DE INTEMPESTIVIDADE. RECURSO INTERPOSTO APÓS O QUINQUÍDIO LEGAL DECORRIDO DA RETIRADA DOS AUTOS POR ADVOGADO CONSTITUÍDO DE RÉU SOLTO. OCORRÊNCIA DE PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA NA MODALIDADE INTERCORRENTE. SENTENÇA TRANSITADA EM JULGADO PARA A ACUSAÇÃO. PENA APLICADA INFERIOR AO PRAZO EXISTENTE ENTRE A PUBLICAÇÃO DA SENTENÇA E O FUTURO TRÂNSITO EM JULGADO DA APELAÇÃO. EXEGESE DO ARTIGO 107, INCISO IV E ARTIGO 110, § 1º, TODOS DO CÓDIGO PENAL. RECURSO NÃO CONHECIDO. DE OFÍCIO, A DESPEITO DO RECURSO NÃO SER ADMISSÍVEL, DECLARA-SE EXTINTA A PUNIBILIDADE DO APELANTE, ANTE SER MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA, PASSÍVEL DE SER CONHECIDA EM QUALQUER FASE, CONSOANTE PREVISTO NO ART. 61 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. DECISÃO UNÂNIME.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos da Apelação Criminal nº 0303813-5, em que figuram como partes as acima qualificadas, acordam os Desembargadores componentes da Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de Pernambuco, na sessão de 18/06/2014, à unanimidade de votos, em acolher a preliminar de intempestividade do recurso suscitada pela Procuradoria de Justiça. No entanto, por ser matéria de ordem pública, passível de conhecimento de ofício, decretam extinta a punibilidade do recorrente, em razão da prescrição da pretensão punitiva, na modalidade intercorrente, tudo consoante relatório e votos digitados anexos, que passam a fazer parte deste julgado.

Recife, 18 de junho de 2014.

Des. Antonio Carlos Alves da Silva
Relator



443
h

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador Antônio Carlos Alves da Silva

Av. Martins de Barros nº 593, Santo Antônio, Recife-PE – CEP: 50010-230. Tels.: (81) 3419-3672 / 3419.3742 (fax)

Apelação Criminal n.º 0000068-74.2001.8.17.0580 (0303813-5)

Apelante: Izaías Bezerra da Silva

Apelado: Ministério Público de Pernambuco

Juízo de Origem: Vara Única da Comarca de Exu

ÓRGÃO JULGADOR: SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL

Relator: Des. Antonio Carlos Alves da Silva

Revisor: Des. Antônio de Melo Lima

Procuradora de Justiça: Dra. Norma Mendonça Galvão de Carvalho

RELATÓRIO

Izaías Bezerra da Silva foi condenado, consoante a sentença de fls. 287/295, à pena de 03 (três) anos e 06 (seis) meses de reclusão por incorrer na conduta prevista no art. 288, parágrafo único do Código Penal.

Constou na denúncia, em suma, que, no dia 24 de outubro de 2001, por volta das 15:00 horas, Eraldo Raimundo da Silva e Izaías Bezerra da Silva, foram surpreendidos portando ilegalmente um revólver calibre 38 que estava municiado.

Segundo restou apurado, ambos se preparavam para concretizar mais um crime de roubo qualificado, quando foram presos em flagrante. Perante policiais militares, confessaram que eram integrantes de uma quadrilha que tem como chefes José Valdinei dos Santos (Zé da Serra) e Edvânio Lourenço dos Santos (Branco), os quais foram presos posteriormente na posse de um revólver e vários objetos materiais, produtos de crime.

Após as prisões, várias vítimas reconheceram os agentes, os quais aterrorizavam as cidades de Bodocó, Araripina, Trindade, entre outras.

Com o grupo, foram apreendidos telefones celulares, relógio, revólver, munições e CD player para carro.

Inconformada, a defesa apresentou recurso às fls. 374/386. Alegou que a sentença não conteve motivação que possa embasar a condenação, sobretudo porque o magistrado levou em consideração os depoimentos de policiais militares. Com essas alegações, pugnou pela absolvição do recorrente.

Caso não haja tal provimento, pediu-se a diminuição da pena cominada, ao argumento de que não houve proporcionalidade e devida fundamentação.

Além disso, pleiteou-se a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos.

O Ministério Público apresentou contra-razões às fls. 391/396, pugnando pelo desprovimento do recurso.



444
PR

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador Antônio Carlos Alves da Silva

Av. Martins de Barros nº 593, Santo Antônio, Recife-PE – CEP: 50010-230. Tels.: (81) 3419-3672 / 3419.3742 (fax)

A douta Procuradoria de Justiça, na pessoa da Dra. Norma Mendonça Galvão de Carvalho, ofereceu parecer, às fls. 407/412. Preliminarmente, aduziu que o recurso é intempestivo, tendo ventilado também a ocorrência da prescrição da pretensão punitiva intercorrente. No mérito, opinou pelo desprovimento do apelo.

É o relatório. À douta revisão.

Recife, 18 de fevereiro de 2014.

Des. Antonio Carlos Alves da Silva
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador Antônio Carlos Alves da Silva

Av. Martins de Barros nº 593, Santo Antônio, Recife-PE – CEP: 50010-230. Tels.: (81) 3419-3672 / 3419.3742 (fax)

Apelação Criminal n.º 0000068-74.2001.8.17.0580 (0303813-5)

Apelante: Izaías Bezerra da Silva

Apelado: Ministério Público de Pernambuco

Juízo de Origem: Vara Única da Comarca de Exu

ÓRGÃO JULGADOR: SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL

Relator: Des. Antonio Carlos Alves da Silva

Revisor: Des. Antônio de Melo e Lima

Procuradora de Justiça: Dra. Norma Mendonça Galvão de Carvalho

VOTO DO RELATOR

A douta Procuradora de Justiça ventilou que o presente recurso não atende ao requisito de admissibilidade referente à tempestividade ao afirmar que os autos foram retirados pelo advogado do apelante, no dia 23 de fevereiro de 2010, sendo o apelo apenas interposto no dia 11 de março de 2010.

Compulsando-se os presentes autos, observo que merece ser acolhida a preliminar levantada.

O novo advogado constituído pelo recorrente retirou os autos em cartório na data acima mencionada, dia 23 de fevereiro de 2010. No entanto, apresentou o presente apelo fora do quinquídio legal.

Por sua vez, o apelante não havia sido intimado da sentença, porém, tratava-se de réu solto, sendo válida a intimação realizada apenas para o seu defensor constituído, consoante previsto no art. 392, II do Código de Processo Penal, com o seguinte teor:

“Art. 392 - A intimação da sentença será feita:

(...)

II - ao réu, pessoalmente, ou ao defensor por ele constituído, quando se livrar solto, ou, sendo afiançável a infração, tiver prestado fiança;”.

A esse propósito, veja-se o seguinte trecho de decisão do Superior Tribunal de Justiça:

“Prevalece no Superior Tribunal de Justiça ser suficiente a intimação da sentença condenatória ao advogado constituído, no caso de réu solto, nos termos do art. 392, inciso II, do Código de Processo Penal, sendo irrelevante cuidar-se de réu que atua em causa própria.” (RHC 28.362/PR, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, QUINTA TURMA, julgado em 02/04/2013, DJe 09/04/2013).



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador Antônio Carlos Alves da Silva

Av. Martins de Barros nº 593, Santo Antônio, Recife-PE – CEP: 50010-230. Tels.: (81) 3419-3672 / 3419.3742 (fax)

Assim sendo, é considerado para contagem do prazo recursal o transcorrido após a retirada dos autos pelo advogado constituído pelo apelante, ato feito no dia **23 de fevereiro de 2010**.

Entretanto, o apelo somente foi interposto em **11 de março de 2010**. Foi protocolado, portanto, fora do prazo estabelecido pelo artigo 593 do Código de Processo Penal.

É cediço que, em se tratando de processo penal, a matéria sob cogitação é expressamente regulada pelo disposto no artigo 798, § 5º, "a", da Lei Adjetiva Penal, a qual determina o seguinte: "*Art. 798. Todos os prazos correrão em cartório e serão contínuos e peremptórios, não se interrompendo por férias, domingo ou dia feriado. (...) § 5º. Salvo os casos expressos, os prazos correrão: a) da intimação; (...)*"

Em hipótese assemelhada, a jurisprudência da Corte Catarinense decidiu:

"Apelação criminal. Recurso interposto quando escoado o quinquídio legal, previsto no artigo 593, do Código de Processo Penal. Inteligência do artigo 798, § 5º, letra 'a', do mesmo Diploma Legal. Não conhecimento. Interposto recurso de apelação quando já escoado o prazo estabelecido no artigo 593 do Código de Processo penal, o inconformismo não é de ser conhecido porque intempestivo." (APR n. 01.005294-6, de Tubarão, rel. Des. Maurílio Moreira Leite)

Constata-se, desta feita, que o presente recurso não preenche o pressuposto de admissibilidade respeitante à tempestividade, razão pela qual não deve ser conhecido.

Em que pese observar que o presente apelo não atende ao requisito extrínseco para sua admissibilidade, de ofício, cumpre-me observar a ocorrência da prescrição da pretensão punitiva, por se tratar de matéria de ordem pública, passível de ser reconhecida, em qualquer fase da ação penal e em qualquer grau de jurisdição, conforme determina o art. 61, *caput* do Código de Processo Penal¹.

A sentença condenatória transitou em julgado para o Ministério Público, consoante se depreende da certidão de fl. 324.

Assim sendo, o prazo prescricional a ser considerado para o recorrente leva em conta a própria pena aplicada, qual seja, a de 03 (três) anos e 06 (seis) meses de reclusão.

¹ Art. 61 - Em qualquer fase do processo, o juiz, se reconhecer extinta a punibilidade, deverá declará-lo de ofício.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador Antônio Carlos Alves da Silva

Av. Martins de Barros nº 593, Santo Antônio, Recife-PE – CEP: 50010-230. Tels.: (81) 3419-3672 / 3419.3742 (fax)

In casu, dentre a sentença condenatória e o trânsito em julgado para ambas as partes, ocorre um prazo maior do que o *quantum* da pena a que fora condenado o apelante.

A sentença foi publicada no dia 18 de fevereiro de 2004, ao passo que já se ultrapassou o período de 03 (três) anos e 06 (seis) meses, havendo ainda, este recurso de apelação pendente de julgamento.

Destarte, ocorreu a prescrição da pretensão punitiva intercorrente, de acordo com a regra prevista no § 1º do art. 110, do Código Penal:

“Art. 110 - A prescrição depois de transitar em julgado a sentença condenatória regula-se pela pena aplicada e verifica-se nos prazos fixados no artigo anterior, os quais se aumentam de um terço, se o condenado é reincidente.

§ 1º - A prescrição, depois da sentença condenatória com trânsito em julgado para a acusação, ou depois de improvido seu recurso, regula-se pela pena aplicada. (...)”.

Impende-se, portanto, declarar extinta a punibilidade do recorrente ante a ocorrência da prescrição da pretensão punitiva superveniente.

Diante do exposto, não conheço do presente recurso ante não restar satisfeito requisito extrínseco de sua admissibilidade, dada a manifesta intempestividade, contudo, de ofício, decreto extinta a punibilidade de **Izaías Bezerra da Silva** pela prescrição da pretensão punitiva do Estado, na modalidade retroativa intercorrente, ex vi dos artigos 107, inciso IV e 110, § 1º, todos do Código Penal.

É como voto.

Recife, 18 de junho de 2014.

Des. Antonio Carlos Alves da Silva
Relator



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Antonio de Melo e Lima

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0000068-74.2001.8.17.0580 (0303813-5)
APELANTE: IZAÍAS BEZERRA DA SILVA
APELADO: O Ministério Público Estadual
RELATOR: Des. Antônio Carlos Alves da Silva
REVISOR: Des. Antonio de Melo e Lima
PROCURADORA DE JUSTIÇA: Dra. Norma Mendonça Galvão de Carvalho
ÓRGÃO JULGADOR: SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL

VOTO DO REVISOR

IZAÍAS BEZERRA DA SILVA, qualificado nos autos, foi condenado à pena de 03(três) anos e 06(seis) meses de reclusão, a ser cumprida em regime inicial fechado, por incursão no tipo do art. 288, parágrafo único, do Código Penal Brasileiro, em processo cuja tramitação se deu na Vara Única da Comarca de Exu/PE(*sentença às fls. 287/295*).

Inconformado com o decreto condenatório, o réu interpôs recurso de apelação, cujas razões se encontram às fls. 374/386, nas quais é pleiteada a absolvição e, alternativamente, a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos.

A representante do *Parquet* contrarrazoou às fls. 391/396, pelo improvimento do reclamo.

Instada a se manifestar, a douta Procuradoria de Justiça, na pessoa da Dra. Norma Mendonça Galvão de Carvalho, Procuradora de Justiça, ofereceu o parecer de fls. 407/412, suscitando preliminar de não conhecimento do recurso dada a sua intempestividade e, acaso seja conhecido, pela extinção da punibilidade pela prescrição. Acerca do mérito, manifestou-se pelo desprovimento do apelo.

Da Preliminar de intempestividade do recurso

De fato, constato que o presente recurso de apelação é mesmo **intempestivo**.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Antonio de Melo e Lima

A legislação processual impõe limites ao direito de recorrer, submetendo as partes as regras peremptórias, que devem ser rigorosamente observadas e cumpridas, sob pena de preclusão.

A tempestividade recursal, como pressuposto objetivo, não pode ser ignorada. Como sabido, os prazos são fatais, contínuos e peremptórios (artigo 798 do Código de Processo Penal).

Se a parte interessada na reforma da decisão, não interpõe o recurso próprio e adequado, no prazo legal, a decisão adquire os efeitos da imutabilidade.

Acaso possível a inobservância ao princípio da preclusão, toda a segurança garantida pelo princípio do devido processo legal restaria, irremediavelmente, comprometida.

Cediço que interposto o recurso, compete ao órgão jurisdicional *a quo* verificar se ele deve ser processado, realizando um primeiro juízo de admissibilidade. Mas, uma vez recebido, isso não impede que o juízo *ad quem* exerça novo exame dos seus pressupostos e, entendendo de forma contrária, perfeitamente possível o seu não conhecimento. Tem-se, então, como regra, que o juízo de admissibilidade do recurso é feito em dois graus, ressalvada, obviamente, a hipótese de recurso para o mesmo órgão julgador.

Pois bem.

A sentença condenatória foi prolatada em 18 de fevereiro de 2004(fl. 287/295), tendo sido publicada em cartório nesse mesmo dia, a teor da certidão de fl. 295v.

Conforme consta da certidão de fl. 371, o Ilmo. advogado do acusado retirou os autos do cartório no dia 23 de fevereiro de 2010, restituindo-o apenas em 11 de março de 2010, como se vê da autenticação mecânica de fl. 374.

Por outro lado, é cediça a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, confirmada no julgamento do HC 216.993/PI, 8 de novembro de 2011, onde se conclui que ao réu que se livra solto, não é necessária a



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Antonio de Melo e Lima

intimação pessoal da sentença condenatória, bastando que seu defensor constituído seja intimado pessoalmente.

Na hipótese, o réu respondeu ao processo em liberdade, sendo-lhe assegurado o direito de recorrer fora do cárcere(fl. 294).

Assim, considerando-se que a contagem do prazo recursal, que se faz com a exclusão do dia do começo e inclusão do dia do vencimento, teve início a partir do dia **24 de fevereiro de 2010**(quarta-feira), - primeiro dia útil após a intimação do advogado, teria término no dia **28 de fevereiro de 2010**, não fosse um domingo, restando este prazo prorrogado para o primeiro dia útil subsequente, qual seja, **1º de março de 2010**(segunda-feira).

Muito embora, conforme já mencionado, o advogado recorreu do *decisum* somente em 11 de março do já citado ano, sendo, pois, à toda evidência, **manifestamente intempestivo** o presente recurso.

No entanto, faz-se mister o enfrentamento, **de ofício**, da extinção da punibilidade em face da prescrição, por se tratar de questão de ordem pública e em estrito cumprimento do art. 61, do Código de Processo Penal.

Acerca da extinção da punibilidade pela prescrição, colhe-se julgado do Superior Tribunal de Justiça:

[...] por se tratar de matéria de ordem pública, é prescindível a provocação da parte ou a apreciação pelo órgão jurisdicional *a quo* para o reconhecimento da prescrição, devendo, inclusive, ser declarada de ofício. (HC n. 41228/SP, rel. Min. Laurita Vaz, j. em 28-6-2005).

In casu, tem-se que o crime ocorreu em 24 de outubro de 2001 (fl. 03), a denúncia foi recebida em 7 de novembro de 2001(fl.70) e a sentença condenatória fora publicada em 18 de fevereiro de 2004(fl. 295v).



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Antonio de Melo e Lima

O acusado, ora recorrente, foi condenado ao cumprimento da pena de 3(três) anos e 6(seis) meses de reclusão, pelo cometimento do crime de formação de quadrilha armada.

Não houve recurso do Ministério Público Estadual.

Na forma do art. 109, IV, do CP (em face da pena imposta) o prazo prescricional é de 08(oito) anos.

De posse desses dados, da publicação da sentença – **18 de fevereiro de 2004** - até o presente julgamento, sem outras causas interruptivas ou suspensivas, transcorreu lapso temporal superior a 10(dez) anos, verificando-se a extinção da punibilidade do fato criminoso imputado ao apelante IZAÍAS BEZERRA DA SILVA, em face da prescrição da pretensão punitiva na modalidade superveniente ou intercorrente.

Ante tais fundamentos, acolho o posicionamento da douta Procuradoria de Justiça e declaro extinta a punibilidade do fato criminoso pelo qual foi condenado IZAÍAS BEZERRA DA SILVA, nos exatos termos dos arts. 107, IV, 109, IV, e 100, § 1º, todos do CPB, e art. 61, do CPP, em face da ocorrência da prescrição superveniente, ou intercorrente, da pretensão punitiva estatal.

É como voto.

Recife, 18 de junho de 2014.

Des. Antonio de Melo e Lima
Relator